

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.524.351 - PE (2015/0072573-5)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS**  
**UNIVERSIDADES FEDERAIS DE PERNAMBUCO**  
**ADVOGADOS : JOSÉ LUIS WAGNER E OUTRO(S) - RS018097**  
**JOSÉ CARLOS ALMEIDA JÚNIOR - PE001037B**  
**RECORRIDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**AGRAVANTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**AGRAVADO : SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS**  
**UNIVERSIDADES FEDERAIS DE PERNAMBUCO**  
**ADVOGADOS : JOSÉ LUIS WAGNER E OUTRO(S) - RS018097**  
**JOSÉ CARLOS ALMEIDA JÚNIOR - PE001037B**

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Sindicato dos Trabalhadores das Universidades de Pernambuco** com fundamento no art. 105, III, *a* da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 290/291):

*ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM DENOMINADA QUINTOS. FUNÇÃO EXERCIDA EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO OU IRREGULARMENTE SEM REMUNERAÇÃO.*

*I. No caso em tela, cuida-se de relação de trato sucessivo, em que se aplica a Súmula nº 85 do STJ, em relação à contagem do prazo prescricional.*

*II. Nos termos do art. 3º da Lei 8.911/94, que regulamentou o dispositivo legal acima citado, após doze meses, ainda que de forma fracionada, de efetivo exercício de função gratificada incorporava o servidor a sua remuneração 1/5 do valor daquela função, até o máximo de cinco quintos.*

*III. Os servidores públicos têm direito adquirido à incorporação dos "quintos" em seus vencimentos, em acordo com o artigo 62 da Lei nº 8.112/90 e com a Lei nº 8.911/94 até a data de 28 de outubro de 1997, quando publicada a Medida Provisória nº 1.573-13/97, que regulamentou a vantagem pretendida até 11 de novembro de 1997, de conformidade com a Lei nº 9.527/97.*

*IV. Posteriormente, a Medida Provisória nº 1.644-41/98, convertida na Lei nº 9.624/98, assegurou, em seu artigo 3º, a incorporação de décimos adquiridos até a data de sua publicação, ou seja, de 28/10/97 até 08/04/98.*

*V. No período de 08.04.98 até 04.09.2001, o impetrante faz jus à incorporação de parcelas de quintos decorrentes do exercício de*

# Superior Tribunal de Justiça

*função comissionada, que ficam transformados em VPNI, a partir de 05.09.2001, sujeitos exclusivamente aos reajustes gerais de vencimentos dos servidores públicos civis da União.*

*Precedente. (AC nº 357.508/RN, Rel. Desa Federal Margarida Cantarelli, DJ 03.10.2005).*

*VI. Analisando as lei que regem a matéria, verifica-se que os quintos eram incorporados, contando-se 1/5 para cada ano de efetivo exercício em função gratificada, não havendo qualquer referência a período exercido sem remuneração.*

*VII. Apelação parcialmente provida para garantir ao servidor o direito à incorporação dos quintos até 04.09.2001, inclusive com a contagem do período de substituição eventual remunerada.*

*VIII. Recurso adesivo improvido.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 308/314).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 458, II, e 535, II, do CPC, 3º da Lei 9.624/98, 3º da MP 2.225-45/2001, 62-A da Lei nº 8.112/90, 3º e 10 da Lei nº 8.911/94, 6º, § 2º, da LINDB, 884 do CCB e 2º da Lei nº 9.784/99. Sustenta tese de negativa de prestação jurisdicional. Defende, em síntese, o direito de incorporação dos quintos, mesmo quando o exercício da função de direção, chefia e assessoramento, ou cargo em comissão se deu em regime de substituição, com ou sem remuneração. Assevera que, *se não existe dispositivo legal que condicione a incorporação de quintos e décimos ao exercício de função de direção, chefia e assessoramento, ou cargo em comissão, em regime de titularidade e com a respectiva remuneração, não se pode proibir que essa mesma incorporação também se perfectibilize com o exercício desses cargos em regime de substituição, remunerada ou não* (fl. 332). Afirma a existência de ofensa a direito adquirido e enriquecimento sem causa da administração. Invoca a aplicação do princípio da razoabilidade. Requer a revisão da verba honorária.

## **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

A pretensão recursal não merece acolhida.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa aos arts. 458, II, e 535, II, do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Quanto à pretensão dos substituídos de incorporação ao cômputo dos períodos exercidos em regime de substituição em função de direção, chefia e assessoramento, ou cargo em comissão, para fins de incorporação de quintos e décimos, colhe-se do aresto regional a seguinte fundamentação (fls. 285/288):

*Assim dispunha o § 2º do art. 62, da Lei 8.112/90:*

*"Art. 62. Ao servidor investido em função de direção, chefia ou assessoramento é devida uma gratificação pelo seu exercício.*

*§ 2º. A gratificação prevista neste artigo incorpora-se à remuneração do servidor e integra o provento da aposentadoria, na proporção de 1/5 (um quinto) por ano de exercício na função de direção, chefia ou assessoramento, até o limite de 5 (cinco) quintos."*

*Nos termos do art. 3º da Lei 8.911/94, que regulamentou o dispositivo legal acima citado, após doze meses de efetivo exercício de função gratificada incorporava o servidor a sua remuneração 1/5 do valor daquela função, até o máximo de cinco quintos.*

*A Medida Provisória nº 831/95 extinguiu as vantagens garantidas pela Lei nº 8.112/90 e pela Lei nº 8.911/94, referentes à incorporação das parcelas denominadas de "quintos". Ocorre que, nem a MP referida, nem suas reedições, foram convertidas em lei no prazo de 30 dias previsto pela Constituição Federal, perdendo, assim, sua eficácia pelo transcurso do prazo para sua conversão.*

*A partir da edição da Lei nº 9.527/97, que pôs fim às medidas provisórias que dispunham sobre a incorporação da vantagem referida pelo art. 62 da Lei nº 8.112/90, assim ficou disciplinada a matéria:*

*"Art. 15. Fica extinta a incorporação da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de 2 (..) natureza Especial a que se referem os arts. 3º e 10 da Lei 8.911, de 11 de julho de 1994.*

*§ 1º. A importância paga em razão da incorporação a que se refere este artigo passa a constituir, a partir de 11 de novembro de 1997, vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente à atualização*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.*

*§ 2º. É assegurado o direito à incorporação ou atualização de parcela ao servidor que, em 11 de novembro de 1997, tiver cumprido todos os requisitos legais para a concessão ou atualização a ela referente."*

*Posteriormente, a MP 1644-41/98, que veio a ser convertida na Lei nº 9.624/98, assegurou, em seu artigo 3º, a incorporação de décimos adquiridos até a data de sua publicação, ou seja, de 28/10/97 até 08/04/98.*

*No período de 08.04.98 até 04.09.2001, o servidor faz jus à incorporação de parcelas de quintos decorrentes do exercício de função comissionada, que ficam transformados em VPNI, a partir de 05.09.2001, sujeitos exclusivamente aos reajustes gerais de vencimentos dos servidores públicos civis da União.*

*(...)*

*Analizando as lei que regem a matéria, verifica-se que os quintos eram incorporados, contando-se 1/5 para cada ano de efetivo exercício em função gratificada. No entanto, para que seja computado o período exercido em substituição, é necessário que se complete 12 meses, ainda que de forma fracionada.*

*(...)*

*No tocante ao período desempenhado sem remuneração, analisando as lei que regem a matéria, verifica-se que os quintos eram incorporados, contando-se 1/5 para cada ano de efetivo exercício em função gratificada, não havendo qualquer referência a período exercido sem remuneração.*

*(...)*

*Com tais considerações, dou parcial provimento à apelação para garantir o direito à incorporação de quintos até 04.09.2001 ao servidor, que tenha exercido função gratificada, inclusive com a contagem de substituição eventual remunerada e nego provimento ao recurso adesivo.*

Ocorre que, ao assim decidir, o acórdão recorrido não se afastou da orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal, que se firmou no sentido de que não

há como reconhecer o direito dos substituídos ao cômputo dos períodos exercidos em regime de substituição em função de direção, chefia e assessoramento, ou cargo em comissão, para fins de incorporação de quintos e décimos, diante da inexistência de norma legal que ampare tal pretensão, não cabendo ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de Servidores Públicos sob fundamento de isonomia.

A propósito, confirmam-se:

*ADMINISTRATIVO. INCORPORAÇÃO DE QUINTOS E DÉCIMOS. SUBSTITUIÇÕES EVENTUAIS. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF.*

*1. Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia. Precedentes do STJ.*

*2. Agravo Regimental não provido.*

**(AgRg no REsp 1550850/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe 4/2/2016).**

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA. INCORPORAÇÃO DE QUINTOS E DÉCIMOS. REGIME DE SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA VINCULANTE 37/STF E DA SÚMULA 339/STF. PRECEDENTES DA PRIMEIRA E SEGUNDA TURMAS DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

*1. Inexiste violação ao art. 535, II, do CPC, quando não se vislumbra omissão, obscuridade ou contradição no acórdão recorrido capaz de torná-lo nulo, especialmente se o Tribunal a quo apreciou a demanda de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam.*

*2. Não há como reconhecer o direito dos substituídos ao cômputo dos períodos exercidos em regime de substituição em função de direção, chefia e assessoramento, ou cargo em comissão, para fins de incorporação de quintos e décimos, diante da inexistência de norma legal que ampare tal pretensão, não cabendo ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia (Súmula Vinculante 37/STF e da Súmula 339/STF).*

*3. Precedentes: AgRg no REsp 1.506.999/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 05/03/2015, DJe 11/03/2015; AgRg no REsp 1.507.081/RS, Rel. Ministro*

# Superior Tribunal de Justiça

*Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 23/06/2015, DJe 05/08/2015.*

*4. Agravo regimental não provido.*

**(AgRg no REsp 1565517/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 9/12/2015).**

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 458 E 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO. INCORPORAÇÃO DE QUINTOS E DÉCIMOS. SUBSTITUIÇÕES EVENTUAIS. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Desde a origem, o agravante insurge-se contra decisão que julgou improcedente ação ordinária em que se busca seja reconhecido o direito dos substituídos ao cômputo dos períodos exercidos em regime de substituição em função de direção, chefia e assessoramento, ou cargo em comissão, para fins de incorporação de quintos e décimos. 2. Os arts. 458 e 535 do CPC não foram violados, uma vez que os acórdãos proferidos estão devidamente fundamentados e os temas relevantes suscitados para o deslinde da demanda foram abordados de forma clara, expressa e motivada, não havendo que se confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. 3. No caso, não há norma legal que ampare as pretensões deduzidas pelo recorrente, não cabendo ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia, nos termos da Súmula n. 339/STF. 4. Agravo regimental não provido (**AgRg no REsp 1.507.081/RS**, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, DJe 5/8/2015).*

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL EM FUNÇÃO DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 458 E 535 DO CPC. PERÍODO INFERIOR A 30 DIAS. RETRIBUIÇÃO INDEVIDA. SÚMULA 83/STJ. INCORPORAÇÃO DE "QUINTOS" E "DÉCIMOS". ÓBICE DA SÚMULA 339/STF. 1. Não cabe falar em ofensa aos arts. 458 e 535 do CPC quando o acórdão recorrido se pronuncia de modo inequívoco e suficiente sobre a questão posta nos autos, ainda que em sentido contrário ao pretendido pela parte. 2. A partir da edição da MP 1.522/1996, que alterou a redação do art. 38, § 2º, da Lei 8.112/1990, o servidor somente fará jus à gratificação pelo exercício de função em substituição eventual, se esta se der por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, limitando-se ao período que exceder os 30 (trinta) dias. 3. "Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia" (Súmula 339/STF). Agravo regimental improvido (AgRg no **REsp. 1.506.999/RS**, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, DJe 11/3/2015).*

**ANTE O EXPOSTO**, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA

Relator

